

Política

ANC 88
 Pasta 24 a 30
 Abril/87
 99

SUCESÃO

Cresce movimento pelas diretas em 88, diz Fernando Henrique

por Andrew Greenless
 de Brasília

"Estamos sentindo comichão de voto." Nos seus contatos com parlamentares de diversos partidos, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, tem sentido intensificar-se a defesa da realização de eleições presidenciais diretas, uma vez aprovada a nova Constituição. Segundo Fernando Henrique, a data mais provável para o pleito, caso se confirme esta tese, seria no próximo ano.

Na opinião do senador, o País só terá condições de vencer crises político-econômicas quando se livrar do atual "regime político desfigurado". Seja parlamentar ou presidencial o novo regime, o importante para Fernando Henrique é a existência de governo e partidos com linhas programáticas claras. Hoje, diz o senador, impera a política de "tapar buracos".

"O PMDB está sofrendo de lentocracia", analisa o líder do partido no Senado. "Tudo depende de negociações infundáveis." O sinal de que o partido "precisa de uma sacudida", conforme Fernando Henrique, está no episódio da substituição de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda. "A política de composições múltiplas torna traumáticas escolhas deste tipo", sustentou o senador, referindo-se à longa duração das negociações que levaram à escolha de Luiz Carlos Bresser Pereira.

A mudança do Ministério da Fazenda, acrescenta o senador, criou "incertezas recíprocas" entre o PMDB e o presidente José Sarney. "O presidente não sabe o que o partido quer e o partido não sabe o que o presidente vai fazer", avaliou, ainda com referência ao processo de indicação do novo nome. "Está faltando

PMDB vai debater

por Zanoni Antunes
 de Brasília

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, disse ontem que está disposto a convocar uma reunião da bancada, possivelmente para a próxima quarta-feira, atendendo à reivindicação de um grupo de parlamentares que pede uma definição do partido sobre a conveniência de se realizarem eleições presidenciais no próximo ano.

Deputados como Miro Teixeira (RJ) e Maurílio Ferreira Lima (PE) pretendiam entregar ontem um documento ao líder Luiz Henrique sobre a questão. Mas o providência de convocar uma reunião da bancada para medir no partido a intensidade da proposta de eleições diretas para o próximo ano contentou esse grupo.

A reunião da bancada, conforme se comprometer o líder Luiz Henrique, servirá também para definir, caso seja essa a posição majoritária do partido na Câmara, a data da realização da eleição. Alguns deputados são favoráveis pelo dia 21 de abril do próximo ano. Um outro grupo defende que a eleição para presidente da República seja realizada simultaneamente com o pleito municipal no dia 15 de novembro de 1988.

transparência de posições no Brasil."

Uma vez escolhido Bresser Pereira — "que sempre esteve na parte melhor do PMDB" — Fernando Henrique espera que o novo ministro ajude o partido a modernizar sua atuação no campo econômico. "Isto significa aliar uma atitude empresarial, de organização e de alta dose tecnológica, à distribuição social dos frutos do progresso", explicou o senador.

CONSTITUINTE

Crise no Ministério favorece parlamentarismo, dizem políticos

por Francisca Stella Fogaça
 de Brasília

Os constituintes que defendem o sistema parlamentar de governo estão convencidos de que a crise política desencadeada no processo de substituição do ministro Dilson Funaro exercerá forte influência sobre a definição do sistema de governo na nova Constituição. "Desgraçadamente o parlamentarismo será instituído no País pela crise, não pela consciência", pondera o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), tradicional crítico do presidencialismo.

Neste momento, segundo o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituição, o País não deveria estar paralisado em função de nomes para o Ministério da Fazenda, mas empenhado em ter um bom programa econômico. A própria escolha do nome, na avaliação do senador José Fogaça (PMDB-RS), é responsabilidade demasiada para uma pessoa só, o presidente da República.

Do PDS ao PCB, passando por expressiva parcela dos partidos maiores, o parlamentarismo é defendido na Constituinte. O PT fechou posição em defesa do presidencialismo, mas dois de seus mais importantes líderes, Luiz Inácio da Silva — Lula — e Plínio de Arruda Sampaio, gostariam de ver instituído o sistema parlamentarista pela nova Constituição. Na reunião do diretório do partido, há uma semana, o PT colocou a questão em votação. Lula, Plínio Sampaio e Irma Passoni votaram a favor da defesa do parlamentarismo. Os demais membros do partido, influenciados especialmente pelo jurista Fábio Konder Comparato, votaram pelo presidencialismo.

A proposta do senador Roberto Campos (PDS-MT), apresentada quando o ex-presidente João Baptista Figueiredo encaminhou ao Congresso a emenda das Diretas-Já, prevê um presidencialismo parlamentar.

Roberto Campos acredita que o ideal é ter o sistema parlamentarista. "A substituição do Gabinete", afirma, "não deve ser mo-

"Não quero estabilidade para um regime capitalista", afirma o deputado José Genoino, vice-líder do PT na Câmara. Genoino prefere o presidencialismo por uma razão tática. O PT, segundo ele, ainda não tem expressão parlamentar suficiente para responsabilizar-se por um governo fundado em princípios contrários ao programa do partido.

Independentemente, porém, das divergências entre os constituintes, o relator da Subcomissão do Poder Legislativo, deputado José Jorge (PFL-PE), está convencido de que há consenso na Constituinte contra a hipertrofia do Poder Executivo no Brasil. Ontem, ao final de uma audiência pública na Subcomissão com os juristas Miguel Reale, Cesar Saldanha, Sérgio Rezende e Luis Pinto Ferreira, o deputado ponderou que se está delineando na Constituinte a tendência de um sistema misto, em que o Parlamento tenha mais poderes, mas com eleições diretas para presidente da República e restrições à possibilidade de dissolução do Parlamento.

"Pode não sair o parlamentarismo puro", prevê o deputado Bernardo Cabral. "Mas o presidencialismo que temos hoje, sujeito a impasses como o criado com a saída do ministro Funaro, não sobreviverá à nova Carta", pondera.

A proposta do senador Roberto Campos (PDS-MT), apresentada quando o ex-presidente João Baptista Figueiredo encaminhou ao Congresso a emenda das Diretas-Já, prevê um presidencialismo parlamentar.

Roberto Campos acredita que o ideal é ter o sistema parlamentarista. "A substituição do Gabinete", afirma, "não deve ser mo-

de humilhação." Mas o Brasil, segundo ele, precisa, antes, experimentar um sistema intermediário. Para ter o parlamentarismo, considera indispensável cumprir três etapas: condensar os partidos e instituir o voto distrital; transformar o Banco Central num órgão independente, de forma que não possa financiar o Tesouro; e formar uma burocracia profissional, que assegure a continuidade e a estabilidade da administração pública.

Na audiência pública de ontem, o jurista Cesar Saldanha, professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo e presidente do Movimento Pré-Parlamentarista, ponderou

Ordem econômica terá texto sintético

O texto da proposta do capítulo de Ordem Econômica, a ser incorporado na nova Constituição, será sintético e sua elaboração se baseará em sugestão a ser apresentada até o dia 6 de maio pelo relator. Essa a conclusão a que chegou ontem a subcomissão de princípios gerais (EBN).

Grande parte do debate dos parlamentares dessa subcomissão teve-se ao texto básico que serviria de ponto de partida para a elaboração da proposta relativa à ordem econômica. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) propôs inicialmente que o anteprojeto elaborado pela Comissão Afonso Arinos servisse de base para o debate, "como propiciador de idéias e sem nenhum comprometimento com o seu conteúdo". Depois de várias intervenções contrárias, principalmente do senador Roberto Cam-

ADUBOS  TREVO S.A. GRUPO LUXMA

Subcomissão apóia direito de greve e estabilidade no emprego

por Thais Bastos
 de Brasília

A subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores debateu ontem os temas salário, jornada de trabalho e locação de mão-de-obra com grande participação dos membros. Dentre os 22 constituintes titulares da Subcomissão, 10 são oriundos ou passaram por atividades sindicais, entre eles o presidente e o relator respectivamente, deputados Geraldo Campos (PMDB/DF) e Mário Lima (PMDB/BA).

A tendência de acolher com simpatia algumas das principais bandeiras do movimento sindical já pode ser sentida na subcomissão.

Os dois primeiros temas debatidos, estabilidade no emprego e direito de greve, contaram com o apoio da maioria dos constituintes. No debate de ontem, o relator da subcomissão, presidente do sindicato dos trabalhadores em petróleo da Bahia, declarou que utilizará o anteprojeto de direitos dos trabalhadores formulado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como subsídio básico à formulação de seu relatório final, bem como na organização dos temas para debate.

A proposta do DIAP de fixação do salário mínimo pelo Congresso Nacional contou com a manifestação de apoio de todas as correntes partidárias presentes. Wilma Maia (PDS/RN) considera que a incumbência de fixação do salário mínimo pelo Congresso Nacional significará "maior abertura e democratização da decisão". Ela defendeu ainda que a Constituição defina percentuais fixos para o salário-família e remuneração do trabalho noturno. Manifestações favo-

ráveis foram feitas também por Augusto Carvalho (PCB/DF), Juares Antunes (PDT/RJ), Max Rosenmann (PMDB/PR), Geraldo Campos (PMDB/DF), e Mário Lima (PMDB/BA).

Rosenmann, conhecido joalheiro e estreado na vida política, ponderou que a máquina governamental é hoje o maior empecilho ao aumento do salário mínimo.

"Os empresários não teriam qualquer receio de pagar C2\$ 3 mil", afirmou, lembrando que, "se não há renda, não há consumo, o que anula a mais básica das leis do mercado capitalista".

Ele propôs que os constituintes pensassem em fórmulas capazes de garantir a elevação dos pisos salariais pagos na economia. "fazendo com que o salário mínimo caia no vazio", afirmou. Para contornar o problema das finanças públicas, o constituinte dispôs argumentos contra o que chamou de "paternalismo doente". "O Estado tem de parar de fazer política com contratações desnecessárias, quando a baixa remuneração do servidor público é consequência do excesso de funcionários", disse. Segundo ele, a Constituinte deverá fixar percentuais de custeio pessoal para a administração pública, de forma a limitar o que chamou de "abuso de poder".

O presidente da subcomissão, deputado Geraldo Campos, funcionário público e antigo dirigente de associações de funcionários públicos, lembrou que hoje 7 dos 35 níveis médios de remuneração do funcionalismo público encontram-se abaixo do salário mínimo, e desabafou: "O servidor público já foi considerado até bom partido para casamento. Hoje veste-se mal e leva marmita para o emprego".